Perspectivas financeiras de combate à discriminação

Convém começar por compreender bem o que é a discriminação, nos planos antropológico e político. Depois compreender bem o que é a finança, para poder estabelecer alguma ponte entre esses fenómenos. Tarefa mais fácil na prática que a nível teórico. Embora este último seja indispensável para sustentar a generalização das acções anti-discriminatórias.

Uma criança foi abandonada algures em África, por ser feiticeira. Escandaliza a notícia. Não é notícia a existência de dois mil milhões, quase um terço da humanidade, que não sabe se comerá no dia seguinte. Tal como para os próximos da criança, também o mundo inteiro prefere imaginar que os famintos fizeram a escolha de viver famintos, por não saberem poupar ou por não quererem trabalhar ou por não terem querido estudar.

A discriminação não está no genes, mas é parte da cultura humana, a todos os níveis. É segredo, em Portugal, que a esmagadora maioria dos presos foi, quando não tinha idade para entrar numa cadeia, criança e/ou jovem em risco sinalizado e, na prática, abandonado. Como é segredo que um terço das crianças passam fome, como relatam as escolas, sem que haja medidas de fundo para impedir comprometer a vida de um terço do pais enquanto essas crianças viverem. “Sempre houve pobres”, não nos alivia a consciência porque antes o processo de discriminação já nos tinha alheado de todas as pessoas em maus lençóis.

Quando, por exemplo, um jornal acusa alguém de ser suspeito de ter cometido um crime, imediatamente o estigma passa a acompanhar essa pessoa e todas as que dela se aproximem. Para se distanciar deste mecanismo de discriminação explorado pelo sistema criminal, a lei prevê – e ninguém se ri – a presunção de inocência dos arguidos enquanto não houver sentença passada em julgado.

Vivemos numa sociedade que imaginamos menos violenta do que as que nos antecederam (Hirschman 1997) e do que as sociedades não civilizadas (Elias 1990), por estar estabelecido um princípio de monopólio da violência legítima controlado pelo Estado, como descreveu Max Weber. Esquecemo-nos de conferir os dados de destruição e de mortes que apontam, objectivamente, no sentido de serem as potências civilizadas as que mais violência directa infligiram em toda a história da humanidade e de verificar, simplesmente, jamais ter existido tanto poder bélico como nos dias de hoje.

O controlo da violência é realizado com a organização de níveis de violência potencialmente inauditos, sob forma de ameaça. Como forma de coacção dirigida para a exploração da natureza e do trabalho humano, cujos resultados são traduzidos em moeda e concentrados a níveis nunca vistos. Como escreveu Malešević (2010), é a diferença de potencial de exercício da violência o primeiro fundamento da organização, isto é da discriminação funcional, utilitária. Os que se coordenam entre si para exercer violência sobre terceiros, fechando-se defensiva ou ofensivamente (Parkin 1979), precisam de criar uma coesão interna capaz de resistir à empatia natural das pessoas com os outros seres humanos e com a natureza em geral. Criam as ideologias discriminatórias, que são quase todas. Religiosas, nacionalistas, políticas, organizativas, tribais, familiares, as próprias linguagens desenvolvidas por este tipo de motivações identitárias indispensáveis à nossa existência, definem o que seja semelhante e diferente de nós, classificando os seres humanos que merecem ou não a nossa simpatia, e tratando por santos ou traidores, filantropos ou cúmplices, os que se afastam da norma imposta.

A finança – vou seguir David Graeber (2011) – é uma construção sobre as discriminações organizativas. Para cunhar moeda foi preciso, previamente, estar estabelecido um poder organizativo suficientemente estável e reconhecível para se poder confiar que estaria sempre disposto a cumprir a sua obrigação de honra a propriedade da moeda. Os mercados, como hoje os conhecemos, foram criados para estabelecer alianças entre os que podem deslocar-se e organizar trocas, sob a égide de um poder central reconhecido por todos: quem tenha a casa da moeda, a banca, isto é, a força para fazer valer o seu valor.

Sim: vivemos numa sociedade fundada nas discriminações, no elitismo e na dissimulação. Num mundo cheio de famintos, de gente adoradora das oportunidades de escapar à fome e, portanto, olhando para cima, na escada social, e ignorando para baixo, a humanidade esmagada por si mesma.

É possível sair deste dilema: ou organizados e violentos, ou pacíficos e famintos?

Nada na história nos aponta uma solução. Nada na história nos impede de acreditar que o impossível se concretiza na prática.

Wilkinson e Pickett (2009) estabeleceram a existência de uma lei de relacionamento entre a violência e as políticas financeiras nos países desenvolvidos, embora não tenham estabelecido os contornos dos mecanismos sociais que sustentam a lei. A lei é simples e é esta: quanto maior a diferença de rendimentos entre pessoas a viver em certo Estado, maior é a probabilidade de ocorrência de problemas sociais, incluindo violência.

Por outro lado, os autores citam o conhecimento anteriormente adquirido sobre como o aumento de rendimentos influi positivamente na felicidade, até certo nível de rendimentos. E como para cima desse rendimento, todos os acréscimos são neutros relativamente à probabilidade de alterar o estado de felicidade de cada um.

Com base nestas informações, fácil será perguntar se não será possível imaginar uma política financeira que assegure a todos os seres humanos o nível de rendimento útil para assegurar a igualdade de oportunidades de experimentar a felicidade.

É possível, sim. O Rendimento Básico Incondicional (RBI), também conhecido por Renda Cidadã, perspectiva uma sociedade sustentável em que a cada pessoa, individualmente, seja atribuído, sem condições, um valor de dinheiro capaz de oferecer condições de vida digna a todos e cada um. Nenhuma ideologia se opõe a este objectivo político. Mas nenhuma está disposta a apoiá-lo. Porque isso iria abalar a firmeza da discriminação social entre trabalhadores e não trabalhadores, para uns, à esquerda, a sua identidade mítica, e para outros, à direita, o modo mais central de discriminação social actualmente em vigor.